

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos e veículos produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 4.327, 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com.br. A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental

Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da instituição, a complexidade das atividades, e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta por: a) Diretoria e Conselho de Administração; b) Comitê de Responsabilidade Socioambiental; c) Diretor responsável pela PRSA; e d) área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A.

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de Funding, o qual reúne-se periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, a hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe underwriting especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2016, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 18,20%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	2016
Patrimônio de referência nível I	1.198.785,90
Capital principal	1.198.785,90
Patrimônio Líquido	1.214.820,37
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(13.894,08)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(2.140,39)
Dedução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de nível II	0,00
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Divida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.198.785,90
Risco de crédito	5.930.857,87
Risco de mercado	30.051,52
Risco operacional	657.524,63
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	6.618.434,02
Patrimônio de referência exigido (RWA)	6.588.382,50
- Índice de Basileia	18,20%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	18,11%
Capital nível I	18,20%
Capital principal	18,20%
Capital nível II	0,00
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	17,48%
Margem (PR - PRE - RBAN)	518.131,60

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; d) Comitê de Funding: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., bem como a Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário-base e ao teste de stress.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 57,15% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 12,48% ao segmento de construção e 10,70% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 19,67% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 71,26% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 76.026 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando horas e off book era de R\$ 360.639 milhões representando 5,76% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 19 de agosto de 2016.

A Diretoria**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL 30 DE JUNHO DE 2016			BALANÇO PATRIMONIAL 30 DE JUNHO DE 2015		
	Notas	2016	2015	Notas	2016	2015
CIRCULANTE		3.492.948	4.416.036		1.571.651	2.640.694
Disponibilidades	4	13.318	19.864	9	25.980	206.420
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	635.013	1.427.770		25.980	206.420
Aplicações no mercado aberto		329.996	792.399	10	202.034	1.208.168
Aplicações em depósitos interfinanceiros		305.017	635.371		107.839	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	1.399	1.186		94.195	1.208.168
Instrumentos financeiros derivativos		1.399	1.186		1.246.780	1.130.500
Operações de crédito	6.a	2.646.881	2.740.979		1.246.780	1.130.500
Operações de crédito:				21	2.233	6.711
Setor privado					94.624	88.895
Provisão para perdas em operações de crédito	6.c	2.845.993	2.887.872		353	365
Operações de arrendamento mercantil		(199.112)	(146.893)		3.978	4.091
Operações de arrendamento a receber:	6.b	(1.420)	(1.951)	7.b	34.927	24.641
Setor privado		21.736	28.735	7.a	55.366	59.798
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(21.205)	(28.030)			
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(1.951)	(2.656)			
Outros créditos		162.248	194.248			
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	2.172	2.418			
Diversos	7.a	172.667	215.912			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(12.591)	(24.082)			
Outros valores e bens		35.509	33.940			
Outros valores e bens		39.361	36.495			
Provisão para desvalorizações		(5.628)	(4.841)			
Despesas antecipadas		1.776	2.286			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.344.616	3.285.380			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		322	2.317			
Instrumentos financeiros derivativos	21	322	2.317			
Operações de crédito	6.a	3.099.388	3.096.543			
Operações de crédito:						
Setor privado						
Provisão para perdas em operações de crédito	6.c	3.243.076	3.178.646			
Operações de arrendamento mercantil		(143.688)	(82.103)			
Operações de arrendamento a receber:	6.b	(689)	(696)			
Setor privado		19.028	16.677			
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(19.028)	(16.677)			
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(689)	(696)			
Outros créditos		245.595	187.216			
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	163	608			
Diversos	7.a	245.438	186.773			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(6)	(165)			
PERMANENTE		72.429	89.655			
Investimentos		583	525			
Outros investimentos		1.090	1.032			
Provisão para perdas		(507)	(507)			
Imobilizado de uso		2.290	3.542			
Outras imobilizações de uso		8.297	9.061			
Depreciações acumuladas		(6.007)	(5.519)			
Imobilizado de arrendamento	8.a	52.456	63.401			
Bens arrendados		89.623	114.560			
Superveniência de depreciação		18.174	28.381			
Depreciações acumuladas		(55.341)	(79.540)			
Diferido		2.233	2.726			
Gastos de organização e expansão		6.046	5.874			
Amortização acumulada		(3.813)	(3.148)			
Intangível	8.b	14.867	19.461			
Ativos intangíveis		28.201	27.796			
Amortização acumulada		(13.334)	(8.335)			
Total		6.909.993	7.791.071		6.909.993	7.791.071

Total**6.909.993****7.791.071**



BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	1º semestre 2016	1º semestre 2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		397.447	405.466
Operações de crédito	6.a	322.906	310.020
Operações de arrendamento mercantil	6.b	17.315	18.568
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	51.417	69.776
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(677)	(5.949)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		6.486	13.051
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(217.259)	(236.769)
Captações no mercado	9	(80.491)	(123.942)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(56.181)	(36.092)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(14.077)	(14.668)
Provisão para perdas com créditos		(66.510)	(62.067)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		180.188	168.697
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(54.718)	(66.325)
Receitas de prestação de serviços		4.820	4.961
Despesas de pessoal		(21.607)	(21.805)
Outras despesas administrativas	15	(40.331)	(39.520)
Despesas tributárias		(11.366)	(11.761)
Outras receitas operacionais	16	33.223	11.993
Outras despesas operacionais	17	(19.457)	(10.193)
RESULTADO OPERACIONAL		125.470	102.372
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.525)	(29)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		123.945	102.343
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(45.475)	(25.436)
Imposto de renda corrente		(28.074)	(25.140)
Contribuição social corrente		(22.460)	(15.096)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.059	14.800
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.444)	(3.564)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		76.026	73.343
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		85,27	82,26

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre 2016	1º semestre 2015
1 - RECEITAS	369.188	361.766
Intermediação financeira	397.447	405.466
Prestação de serviços	4.820	4.961
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66.510)	(62.067)
Outras receitas operacionais	33.223	11.993
Outras receitas não operacionais	208	1.413
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(150.749)	(174.702)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(57.626)	(47.418)
Materiais, energia e outros	(459)	(256)
Serviços de terceiros	(2.317)	(2.233)
Outras despesas administrativas	(33.660)	(33.293)
Outras despesas operacionais	(19.457)	(10.193)
Outras despesas não operacionais	(1.733)	(1.443)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 + 2 + 3)	160.813	139.646
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.223)	(3.305)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	157.590	136.341
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	157.590	136.341
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	20.537	21.937
Remuneração direta	17.213	17.767
Benefícios	2.057	2.564
FGTS	1.267	1.606
Impostos, taxas e contribuições	60.355	40.629
Federais	59.727	39.504
Estaduais	61	71
Municipais	567	1.054
Remuneração de capitais de terceiros	672	432
Aluguéis	672	432
Remuneração de capitais próprios	76.026	73.343
Juros sobre o capital próprio	67.991	67.548
Lucros retidos	8.035	5.795
Total	157.590	136.341

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre 2016	1º semestre 2015	1º semestre 2016	1º semestre 2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	76.026	73.343		
Ajustes ao lucro líquido	93.967	77.217		
Depreciações e amortizações	3.223	3.305		
Depreciação de arrendamento mercantil	11.471	14.110		
Superveniência de depreciação	2.251	2.879		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.510	62.067		
Provisão para desvalorização - bens não de uso	552	(1.021)		
Provisão para contingências	9.340	1.604		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.059)	(14.800)		
Aumento em resultados de exercícios futuros	6.595	9.946		
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(916)	(873)		
Variação em ativos e passivos:	(128.198)	611.955		
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	4.432	1.355		
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	404.427	300.144		
Redução / (aumento) em outros créditos	2.109	92.938		
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(71)	(34)		
Redução / (aumento) em depósitos	1.642	6.121		
Redução / (aumento) em obrigações por operações compromissadas	54.299	-		
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	(12.726)	-		
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(132.168)	172.657		
Redução / (aumento) em outras obrigações	(19.226)	747		
Redução em captação no mercado aberto	(430.916)	38.027		
Caixa líquido originado em atividades operacionais	41.795	762.515		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso			434	25
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento			-	(1.997)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio			50	(2.544)
Alienação / (aquisição) de investimentos			(91)	12
Aplicação / (baixa) no ativo diferido			121	(363)
Aplicação / (baixa) no ativo intangível			(413)	(11)
Aplicação / (aquisição) de operações compromissadas			-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento			101	(4.878)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(67.991)	(67.548)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos			(67.991)	(67.548)
Redução de caixa e equivalentes de caixa			(26.095)	690.089
Caixa e equivalentes de caixa no início do período			674.426	757.545
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			648.331	1.447.634
Redução de caixa e equivalentes de caixa			(26.095)	690.089

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		891.583	-	113.908	220.417	2.249	-	1.228.157
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(873)	-	(873)
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	73.343	73.343
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	290	-	(290)	-
Reservas outras		-	-	-	5.505	-	(5.505)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(67.548)	(67.548)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		891.583	-	113.908	226.212	1.376	-	1.233.079
Mutações do semestre		-	-	-	5.795	(873)	-	4.922
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		891.583	-	113.908	202.112	99	-	1.207.702
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(916)	-	(916)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	76.026	76.026
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	402	-	(402)	-
Reservas outras		-	-	-	7.633	-	(7.633)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(67.991)	(67.991)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		891.583	-	113.908	210.147	(817)	-	1.214.821
Mutações do semestre		-	-	-	8.035	(916)	-	7.119



BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 19 de agosto de 2016.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (e) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (f) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (g) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (h) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (i) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que

- propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras, quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% para 2015 e de 20% para 2016.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do semestre. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2016.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	13.318	19.864
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	635.013	1.427.770
Total	648.331	1.447.634

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2016		2015	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	305.017	305.017	635.371	635.371
Operações comprometidas	329.996	329.996	792.399	792.399
Total	635.013	635.013	1.427.770	1.427.770

Em 30 de junho de 2016, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 51.417 (R\$ 69.776 em 2015).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2016	2015
Circulante		
Repesses no País - BNDES FINAME	1.389.418	804.342
Empréstimos e financiamentos	1.456.575	2.083.530
Provisão para perdas em operações de crédito	(199.112)	(146.893)
Subtotal	2.646.881	2.740.979
Realizável a longo prazo		
Repesses no País - BNDES FINAME	3.019.553	2.231.079
Empréstimos e financiamentos	223.523	947.567
Provisão para perdas em operações de crédito	(143.688)	(82.103)
Subtotal	3.099.388	3.096.543
Total	5.746.269	5.837.522

Em 30 de junho de 2016, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 322.906 (R\$ 310.020 em 2015).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

	2016	2015
Arrendamentos a receber	40.764	45.412
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(40.233)	(44.707)
Bens arrendados (Nota 8.a)	89.623	114.560
Superveniência de depreciação (Nota 8.a)	18.174	28.381
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a)	(55.341)	(79.540)
Perda em arrendamento a amortizar	2.611	2.402
Amortização acumulada do diferido	(2.519)	(2.039)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a)	(17.547)	(20.020)
Total	35.532	40.449

Em 30 de junho de 2016, o Banco apurou receitas com operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 17.315 (R\$ 18.568 em 2015) e despesas com arrendamento mercantil, no montante de R\$ 14.077 (R\$ 14.668 em 2015). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 2.640 (R\$ 3.352 em 2015).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2016	2015
SETOR PRIVADO		
Rural	3.391.805	3.035.421
Comércio	885.087	1.088.415
Serviços	1.263.527	1.168.774
Pessoa física	671.194	960.316
Total da carteira	6.211.613	6.252.926
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.845.993	2.887.872
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	18.946	25.595
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7.a)	84.581	142.933
Créditos por avais e fianças honrados	2.172	2.418
Subtotal	2.951.692	3.058.818
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	3.243.076	3.178.646
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	16.586	14.854
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7.a)	96	-
Créditos por avais e fianças honrados	163	608
Subtotal	3.259.921	3.194.108
Total da carteira	6.211.613	6.252.926



BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2016				2015			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	723.440	-	-	-	723.440	-	648.698	-
A	2.117.135	10.586	-	-	2.117.135	10.586	2.286.774	11.434
B	1.225.650	12.257	70.943	709	1.296.593	12.966	1.376.331	13.763
C	818.994	24.570	156.393	4.692	975.387	29.262	1.024.006	30.720
D	667.983	66.798	139.620	13.962	807.603	80.760	637.238	63.724
E	5.905	1.771	17.169	5.151	23.074	6.922	161.068	48.320
F	29.709	14.854	57.874	28.937	87.583	43.791	44.925	22.463
G	3.186	2.230	20.308	14.216	23.494	16.446	25.715	18.001
H	28.512	28.512	128.792	128.792	157.304	157.304	48.171	48.171
Total	5.620.514	161.578	591.099	196.459	6.211.613	358.037	6.252.926	256.596

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2016		2015	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	7.366	-	15.799	-
A	22.559	113	51.360	257
B	10.511	105	26.771	268
C	7.137	214	13.890	417
D	2.540	254	2.958	295
E	-	-	202	60
F	-	-	-	-
G	128	90	144	101
H	1.825	1.825	779	779
Total	52.066	2.601	111.903	2.177

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 30 de junho de 2016, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 52.066 (R\$ 111.903 em 2015). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 2.336 em 30 de junho de 2016 (R\$ 3.026 em 2015) e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 30 de junho de 2016, o Banco possui provisão no montante de R\$ 2.601 (R\$ 2.177 em 2015), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 12.597 (R\$ 24.247 em 2015), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º semestre de 2016		1º semestre de 2015	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	1.981	352.820	3.002	220.689
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	620	65.890	(825)	62.892
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(60.673)	-	(26.985)
Saldo final	<u>2.601</u>	<u>358.037</u>	<u>2.177</u>	<u>256.596</u>

Os créditos recuperados no semestre somaram R\$ 25.235 (R\$ 19.343 em 2015) e os créditos renegociados somaram R\$ 14.928 (R\$ 7.331 em 2015).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversos

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Outros créditos - Circulante				
Titulos e créditos a receber	84.581	142.933	44.704	31.938
Créditos tributários (Nota 13.c)	21.188	23.893	13.488	12.831
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18)	8.706	4.317	-	-
Imposto a compensar (a)	172.667	215.912	-	-
Total	<u>172.667</u>	<u>215.912</u>	<u>172.667</u>	<u>215.912</u>
Outros créditos - Longo prazo				
Créditos tributários (Nota 13.c)	238.752	182.972	6.590	3.801
Devedores de depósito em garantia	96	-	-	-
Titulos e créditos a receber	245.438	186.773	-	-
Total	<u>245.438</u>	<u>186.773</u>	<u>245.438</u>	<u>186.773</u>
Outras obrigações - Circulante				
Valores a pagar - sociedades ligadas	2.850	4.680	9.356	15.199
Credores por antecipação de valor residual em garantia	19.245	28.040	1.638	1.421
Parcelas recebidas e não baixadas (a)	6.365	1.382	5.480	4.317
Valores a pagar - convênios (Nota 7.e)	10.432	4.759	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar	55.366	59.798	-	-
Despesas de pessoal	-	-	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	-	-
Total	<u>55.366</u>	<u>59.798</u>	<u>55.366</u>	<u>59.798</u>
Outras obrigações - Longo prazo				
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20)	11.630	7.551	8.429	7.413
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	8.191	8.821	963	756
Credores por antecipação de valor residual de garantia	29.213	24.541	-	-
Valores a pagar - convênios (Nota 7.e)	-	-	-	-
Total	<u>29.213</u>	<u>24.541</u>	<u>29.213</u>	<u>24.541</u>

- (a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.
- (b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 30 de junho de 2016. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

b) Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Fiscais e previdenciárias - Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	34.927	24.641
Total	<u>34.927</u>	<u>24.641</u>

	2016	2015
Fiscais e previdenciárias - Longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b)	8.178	12.816
Provisão para contingências fiscais (Nota 20)	10.153	37.502
Total	<u>18.331</u>	<u>50.318</u>

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	2016	2015
Veículos e afins (Nota 6.b)	89.623	114.560
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	18.174	28.381
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(55.341)	(79.540)
Total	<u>52.456</u>	<u>63.401</u>

Movimentação da superveniência de depreciação

	2016	2015
Saldo inicial	21.628	32.093
Insuficiência de depreciação do período	(2.251)	(3)
Prejuízo do período	(1.203)	(3.709)
Saldo final	<u>18.174</u>	<u>28.381</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram registrados R\$ 2.251 de insuficiência de depreciação (R\$ 3 de insuficiência de depreciação em 2015) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2016	2015
Intangível	28.201	27.796
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(13.334)	(8.335)
Total	<u>14.867</u>	<u>19.461</u>

Movimentação da amortização

	2016	2015
Saldo inicial	(8.335)	(5.624)
Amortização do período	(4.999)	(2.711)
Saldo final	<u>(13.334)</u>	<u>(8.335)</u>

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

Título	2016				Total	2015
	Circulante		Exigível a longo prazo			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
CDI (*)	-	-	-	-	-	-
CDB (*)	2.615	23.365	400.848	190.452	617.280	704.400
Total	<u>2.615</u>	<u>23.365</u>	<u>400.848</u>	<u>190.452</u>	<u>617.280</u>	<u>704.400</u>

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no semestre foi de 97,53% do CDI (97,58% em 2015). Em 30 de junho de 2016, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 80.491 (R\$ 123.942 em 2015).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2016			Total	2015
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total		
LCA	107.839	1.004	108.843	68.273	
LF	94.195	128.761	222.956	1.229.932	
NTN	-	54.299	54.299	-	
Total	<u>202.034</u>	<u>184.064</u>	<u>386.098</u>	<u>1.298.205</u>	

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 97,50% do CDI (100,99% em 2015).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 30 de junho de 2016, o saldo de R\$ 1.246.780 e R\$ 3.105.359 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 1.130.500 e R\$ 3.075.212 em 2015), referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2024 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 30 de junho de 2016, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 56.181 (R\$ 36.092 em 2015).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 193.638 em 30 de junho de 2016 (R\$ 179.209 em 2015), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após as participações	121.501	98.779
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% / 20%, respectivamente	(54.675)	(39.512)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	<u>9.200</u>	<u>14.076</u>
Efeito de outra adição / exclusão do semestre	(79)	(47)
Efeito da adição de juros sobre o capital próprio	(10.199)	(12.896)
Aumento diferido	(11.118)	-
Efeito de juros sobre o capital próprio	30.596	27.019
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferido	(45.475)	(25.436)

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.
- (**) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do semestre.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2016	(1.095)	(1.033)	-	(2.128)
30/06/2015	1.164	2.316	(1)	3.479

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de *swap* de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gaps" e "interest rate" e o VaR ("value at risk"). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

- b) **Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários**
 A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2016	2015
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	(1.484)	2.249
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	667	(872)
Ajuste de avaliação patrimonial	(817)	1.377

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

- c) **Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2016**

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 102,00% CDI	32.000	32.353
Taxa 105,00% CDI	7.896	8.042
Taxa 105,20% CDI	9.701	9.936
Taxa 107,50% CDI	10.500	14.042
Taxa 108,00% CDI	214.500	231.205
Taxa 110,00% CDI	15.980	21.830
Taxa 115,00% CDI	5.720	8.272
Total	296.297	327.807
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	296.297	327.807
Total	174.641	192.997
Diferencial - hedge de valor justo		-
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		(2.127)
Valor de mercado líquido		2.127

- 22. **LIMITES OPERACIONAIS**

O CMN (Conselho Monetário Nacional) através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2016 é 18,20% (17,88% em 2015).

DIRETORIA

CARLO ALBERTO SISTO
Diretor-Presidente

HEBERSON GOES
Diretor

PAULO MAXIMO FILHO
Diretor

CARLA LUCIANA MATTEDI
Diretora

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

CHEFE DE CONTABILIDADE

ANDERSON LODOVICO
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Conselheiro

VILMAR FISTAROL
Conselheiro

CARLO ALBERTO SISTO
Conselheiro

FABRIZIO MILONE
Conselheiro

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

COMITÊ DE AUDITORIA

HEBERSON GOES
Presidente

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

CARLA LUCIANA MATTEDI
Membro

FABRIZIO MILONE
Coordenador

HEBERSON GOES
Membro

ANDREA CHUEIRI
Membro

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto por 03 membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

A Área Contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

O componente organizacional da Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos garante adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a edição de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a instituição.

O Componente de Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição, os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, gestão de riscos, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos de crédito, mercado e liquidez, e o gerenciamento de capital, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendamos aprimoramentos. Mantive diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou os relatórios da administração, demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seus relatórios.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os Sistemas de Controles Internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A., e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 30/06/2016 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 19 de agosto de 2016.

Comitê de Auditoria

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota Explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2016.



Rogério Xavier Magalhães
 Contador CRC-1MG080613/O-1